



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ATAINARA VIEIRA DO NASCIMENTO

Marcas da primeira infância: as violências contra crianças na primeira infância e suas implicações para o seu pleno desenvolvimento.

JUAZEIRO DO NORTE/ CE

2022

ATAINARA VIEIRA DO NASCIMENTO

Marcas da primeira infância: as violências contra crianças na primeira infância e suas implicações para o seu pleno desenvolvimento.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Serviço Social.

Orientador/a: Esp. Jamille de Lima Vieira

JUAZEIRO DO NORTE/ CE
2022

ATAINARA VIEIRA DO NASCIMENTO

Marcas da primeira infância: as violências contra crianças na primeira infância e suas implicações para o seu pleno desenvolvimento.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Serviço Social.

Orientador/a: Esp. Jamille de Lima Vieira

Data de aprovação: 06/12/2022

Banca Examinadora

Esp. Jamille de Lima Vieira

Orientador(a)

Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite

Examinador 1

Prof.^a Ms. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio

Examinador 2

EPÍGRAFE

“Temos que continuar aprendendo. Temos que estar abertos. E temos que estar prontos para espalhar nosso conhecimento a fim de chegar a uma compreensão mais elevada da realidade.” Thich Nhat Hanh

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho exclusivamente aos meus pais, Aduino e Francisca, que foram minha força maior para chegar até aqui. À minha irmã Ataís, que foi minha companheira durante esse tempo de graduação, inclusive nos primeiros semestres. E ao meu namorado Matheus M. que faz dos meus dias, mais alegres possíveis.

AGRADECIMENTOS

Chega-se o momento mais importante para mim, é o momento que tenho que agradecer a todas as pessoas que caminharam comigo durante esse tempo.

Mas quero primeiramente agradecer a Deus por ter chegado onde cheguei, com muito esforço, valeu cada dedicação, cada coisa vivida, pois foi graças a isso que me fez ter esse merecimento, a luta foi grande, mas hoje com o coração totalmente cheio de gratidão.

Continuo firme na minha batalha, graças também a minha família: pai, mãe, irmã, namorado, que sempre fizeram com que levasse adiante todo o esforço e me apoiaram em tudo sempre. Esse apoio e amor que me deram foi suficiente para me fazerem uma pessoa humilde, dedicada e cheia de esperança, onde não há razão para desistir onde as coisas não parecem ser fáceis. Por essa razão, os amo infinitamente.

Aos amigos que a faculdade me presenteou: Natalia, Greice, Taliele, Ana. Junto a elas, compartilhei momentos bons e de tempestades, onde a gente mantinha o apoio umas as outras, fazíamos planos, estudávamos e se enchíamos de esperanças para o termino da graduação bem sucedida. A elas gratidão por estarem comigo.

Agradecer a pessoa que foi minha supervisora de campo de estágio: Socorro Fernandes. A ela tenho um enorme carinho e gratidão, pelo o que foi comigo durante o tempo de estágio, aprendi muito com ela, é um ser admirável, de luz, uma excelente profissional, me espelhei nela enquanto estive em campo, e quero dizer que vou levar adiante todos os muitos ensinamentos que obtive, pois o aprendizado que me proporcionou foi gigantesco. Gratidão a pessoa e profissional que és.

Á minha orientadora: Jamille de Lima Vieira, que me abrangeu conhecimentos para a realização deste trabalho, e que me acompanhou até aqui. Com dedicação e sua inteligência me admira enquanto profissional e enquanto pessoa, uma expiração para todos que acreditam na sua capacidade. Obrigada por tanto apoio e verdade.

Também gratidão a professora Cecília Bezerra, que fez parte da minha trajetória acadêmica e que ao mesmo tempo contribuiu para meu alcance até aqui, há admiro muito, é uma pessoa inteligente e sabe do seu potencial para chegar onde quer.

E aos demais professores que contribuíram para a minha formação, os agradeço demais.

Gratidão, a todos!

RESUMO

Esse estudo enfoca sobre a violência contra a criança e suas consequências para o seu pleno desenvolvimento, primeiramente falando sobre a importância que as crianças tem que ter para com o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, considerando que são sujeitos em constante evolução, e que muitas vezes fatores implicam a não contribuir para esse processo, como é o caso das múltiplas expressões da questão social, que abrange as relações e impacta diretamente no cotidiano de todos, inclusive onde afeta mais as crianças por serem muito pequenas e vulneráveis, estando propícias a sofrerem mais. Porém, tendo por norteamento, políticas e redes que atuam na defesa para que os direitos dessas crianças sejam efetivadas e contando com o apoio de profissionais capazes de transformarem uma realidade social, como é o caso do Assistente Social inserido nas redes de proteção. Para tanto, a pesquisa se fundamenta em uma bibliográfica, com abordagem qualitativa que tem caráter descritiva dos elementos, subsidiando os resultados que tornam claro como o cuidado para com a criança é de extrema importância, visto que quando adultos podem gerar atribuições para a sociedade. E quando não há o cuidado a aquela, pode ter consequências muito graves.

Palavras chaves: Desenvolvimento, Questão Social, Violência, Criança, Proteção, Investimento, Relações Sociais, Pobreza, Vulnerabilidade, Assistente Social.

ABSTRACT

This study focuses on violence against children and its consequences for their full development, firstly talking about the importance that children must have for their learning and development process, considering that they are subjects in constant evolution, and that many times factors imply not to contribute to this process, as is the case with the multiple expressions of the social issue, which encompasses relationships and directly impacts everyone's daily lives, including where it affects children the most because they are very small and vulnerable, and are likely to suffer the most. However, having as a guiding, policies and networks that act in defense so that the rights of these children are effected and relying on the support of professionals capable of transforming a social reality, as is the case of the Social Worker inserted in the protection networks. For this purpose, the research is based on a bibliographical approach, with a qualitative approach that has a descriptive character of the elements, subsidizing the results that make it clear how the care for the child is extremely important, since when adults can generate attributions for society. And when there is not the care for that one, it can have very serious consequences.

Keywords: Development, Social Issue, Violence, Children, Protection, Investment, Social Relations, Poverty, Vulnerability, Social Worker.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância.

GSPI - Gasto Social com Primeira Infância.

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem G1, O Globo; Casos de Maus Tratos Crescem.

Figura 2 – Imagem G1, O Globo; Perfil dos Menores Vitimas de Violência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO INFANTIL E PRIMEIRA INFANCIA.....	16
1.1 ETAPAS DOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA DO SER HUMANO.....	16
1.2 INVESTIMENTO NA PRIMEIRA INFANCIA – POR QUE INVESTIR?.....	23
3. CAPÍTULO II: QUESTÃO SOCIAL, CULTURA DA VIOLENCIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SUJEITO.....	32
2.1 RETRATANDO OS TIPOS DE VIOLENCIAS COMO FATORES DE RISCO.....	32
2.2 MARCAS PARA TODA VIDA.....	41
4. CAPÍTULO III: APARATO LEGAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E SUAS NORMATIVAS E PROGRAMAS.....	47
3.1 METODOLOGIA DO PERCURSO DE PESQUISA.....	47
3.2 EXPERIÊNCIAS QUE TORNARAM IMPORTANTES, ADVINDAS DO CAMPO DE ESTÁGIO.....	50
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Pensar na primeira infância requer saber que é a fase mais importante de desenvolvimento e aprendizado da criança, que vai de 0 a 6 anos de vida, e diante das relações estabelecidas existem violência contra essas crianças em todos os tipos, e pensando em violações desses direitos nas diversas formas e modalidades que assumem, implicando em uma gama de riscos sociais que vivencia, relacionando as expressões da questão social, e também como resultante cultural, que é vista para uma problematização também na saúde, onde pode agravar.

A criança reflete a conduta dos adultos do seu meio de convivência. Crianças inseridas em ambientes violentos, podem reproduzir comportamento violento.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 todo brasileiro é sujeito de direitos e pertencentes a sociedade como cidadãos no âmbito de não ter seus direitos violados, inclusive a criança ao nascer no nosso país, já se é assegurado os direitos que são fundamentais para a sua conduta e seu desenvolvimento, a família, a sociedade e o estado são peças importantes para proteção.

Com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente ECA, os direitos das crianças passam a ser protegidos e assegurados em lei conduzida pelo tripé da Proteção Integral, o reconhecimento da condição peculiar e desenvolvimento e absoluta prioridade.

A presente pesquisa monográfica tem por objetivo geral: Analisar as implicações das violências em crianças na primeira infância para o seu pleno desenvolvimento. No mais, como objetivos específicos se tem: Compreender o processo de desenvolvimento infantil; Debater sobre a questão social e suas interferências na primeira infância; Estudar os parâmetros legais de atendimento e garantia das crianças na primeira infância.

Nessa perspectiva surge a indagação: Quais as consequências para o desenvolvimento da criança na primeira infância inserido em contexto de violência doméstica?

A escolha de tal temática se construiu a partir de vivências advinda no campo de estágio I e II no HMSVP na cidade de Barbalha-Ce, onde é constantemente apresentados esses casos como violações, agravando a saúde, e se retrai na busca

incessante para efetivar os direitos, gerado uma inquietação sobre, tentando desvelar os entendimentos a respeito.

Por caso em questão, foi realizado um projeto da instituição, com tema Responsabilidade Social no Cariri Garden Shopping, devido ao número de casos crescente e para orientar os pais/responsáveis quanto aos cuidados que tem que ter em relação as crianças e adolescentes. Tendo em vista que o ambiente escolhido se concentra um público maior de pessoas, junto com os filhos. Assunto que impacta diretamente na sociedade.

Pensando também nesses fatos abordados, aos olhos de nós como estagiárias e futuras profissionais, apresentamos nessa mesma instituição, uma intervenção como mérito de aprovação da disciplina de Estágio Supervisionado, sobre os maus-tratos contra criança e adolescente para orientar os pais, juntamente com duas colegas, onde tivemos apoio das profissionais.

Como forma metodológica para elaboração desta pesquisa, se resulta em pesquisa bibliográfica que se detém de organizar os pensamentos com base na explanação de autores e demais fontes, com natureza qualitativa onde abrange aspectos comportamentais, e dinâmica descritiva e exploratória. Se concentrando os fatos abordados de maneira clara e podendo perceber a constatação.

Ressalto que este trabalho pretende alcançar o entendimento sobre as modalidades de violência doméstica como situações de vulnerabilidade sociais e seus impactos na vida social da criança, atingindo os aspectos mais profundos e impedindo o desenvolvimento adequado para ter uma condição de bem estar. Necessitando de contribuições dos serviços prestados para efetivação de políticas públicas.

A discussão sobre o tema, propõe ao universo acadêmico uma melhor amplitude, contribuindo para os do Serviço Social, violência contra criança e ambiente de trabalho do assistente social que envolve esse público.

CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO INFANTIL E PRIMEIRA INFANCIA.

“A infância é o tempo de maior criatividade na vida de um ser humano.” (Piaget)

A primeira infância é a etapa mais importante da vida do ser humano. É nessa fase da vida que nós, seres humanos, desbravamos e conseguimos dar saltos na aprendizagem, socialização e mecanismos básicos para a vida como por exemplo andar, pular, falar entre outros. Nessa perspectiva, esse capítulo apresenta o cuidado na primeira infância como algo insubstituível e irreversível para a construção social, física e psicológica do ser humano.

O desenvolvimento infantil como algo primordial para o alcance de uma infância saudável e posteriormente a construção de um adulto mais integrado as demandas da sociedade e mais feliz.

Se faz importante informar que para a construção desse capítulo contamos com conhecimentos advindos de autores das áreas específicas da saúde vinculados ao desenvolvimento infantil. Não é nossa intenção discutir com profundidade esses aspectos de desenvolvimento, mas compreendemos ser necessário uma apresentação sobre a temática a fim de compreendermos as consequências da violência contra crianças no ambiente doméstico, vista por nós como uma das expressões da questão social além de promover as contribuições profissionais do Serviço Social para o tema.

1.1 ETAPAS DOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA DO SER HUMANO.

Para começar a falar de desenvolvimento infantil, requer saber que é na primeira infância que a absorção dos estímulos vão estar maiores, é necessário dizer que é a etapa de extrema importante para qualquer criança, a fase em que vai de 0 a 6 anos é crucial, e vai começar ali ainda mesmo na barriga da mãe no pré-natal quando já sentem as vibrações, e já começam as percepções a partir da concepção do cérebro.

Por isso se faz necessário a importância de um pré-natal feito da melhor maneira que vá proporcionar para a mãe e o filho ainda no ventre, um conforto que ambos vão ter, uma qualidade de vida e de desenvolvimento.

Em 2000, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN), que objetivava, principalmente, reorganizar a assistência e

vincular formalmente o pré-natal ao parto e ao puerpério, ampliar o acesso das mulheres aos serviços de saúde e garantir a qualidade da assistência (SERRUYA, 2003).

Desse modo, a ingestão de nutrientes e uma qualidade de vida satisfatória da mãe, garante para a criança ainda no ventre materno, condições importantes para o seu desenvolvimento físico e mental. Desse modo, tanto as condições genéticas quanto ambientais influenciam a organização cerebral da criança desde os seus primeiros dias de vida (OEA, 2010).

Como desenvolvimento cerebral e crescimento da criança se faz mediante a uma energia do código genético com o ambiente, as interações vão permitir que tenham um grande aprendizado e evolução para habilidade cognitivas, emocionais, motoras, e assim poder ter um crescimento adequado e significativo, onde pode torná-lo a cada dia inteligente e percebendo o mundo da maneira que é.

É no cérebro que desde os primeiros anos de vida a função cognitiva da criança entra em ação. A questão da cognição é um termo já discutido pela psicologia desde os anos 1970. Desde então, estudos tem buscado entender como a criança entende o mundo que a cerca e a ela mesma. Dentro da psicologia, muitos estudiosos como Piaget dedicaram parte de sua vida para entender como o desenvolvimento ocorreria na primeira infância. (GALLO; ALENCAR, 2012).

De acordo com o Ministério da Saúde (2014) já admitisse que a principal fase de importância para as crianças vai ser essa de 0 a 6 anos de idade, onde a mesma vai adquirir mais preceitos e de inteira interação com o mundo, podendo desenvolver as estruturas e as concepções cerebrais.

Quando se é incentivadas, melhora no raciocínio e estimula a habilidades mais complexas.

A partir de uma lógica que compreende o convívio social, interação com pessoas, relações saudáveis que possa também lhe garantir segurança e transparência, poder perceber novas coisas ao seu redor que farão parte da sua memória pelo resto da vida.

Segundo o Ministério da Saúde (2014, p. 04).

A aprendizagem inicia-se desde o começo da vida. Muito antes de a criança entrar na escola, enquanto cresce e se desenvolve em todos os domínios (físico, cognitivo e socioemocional), ela aprende nos contextos de seus relacionamentos afetivos. Especialmente na

primeira infância, a aprendizagem é fortemente influenciada por todo o meio onde a criança se encontra e com o qual interage. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 04).

O processo de aprendizagem alimenta o desenvolvimento infantil, e se torna algo para o aprimoramento de noções básicas, com relacionamentos afetivos e educacionais dentro de casa, por que é a partir daí que começa os estímulos. O incentivo da família torna algo grandioso para que a criança desenvolva da melhor maneira.

No entanto, esse desenvolvimento fica ainda melhor quando conectado ao ambiente escolar, o qual fornece os instrumentos e leva conhecimentos relevantes para uma melhor compreensão das realidades de suas vidas. Este é um ambiente que privilegia as relações, uma fase de adaptação e novas formas de interação social.

É importante, nas análises de Melo (2020) Estar muito presente ao longo das fases de desenvolvimento da criança, tanto antes da escola como ao longo do seu percurso escolar. Isso permitirá que ela dê as contribuições necessárias para um bom crescimento em vários campos cognitivos e sociais. Com o acolhimento que precisam e se sustenta.

Respeitar e compreender todas as etapas é responsabilidade dos pais, da sociedade e dos professores, que poderão agregar ricamente ações nas esferas educacional e social ao longo da trajetória de desenvolvimento da criança até que consigam se organizar.

O que se entende é que, quando bem acompanhados, principalmente pelos pais, se tem um desenvolvimento melhor, a criança passa a aprender mais e a querer mais, se tornando aquilo que vai almejar ser quando crescer. Muitas delas tem o apoio afetivo, já outras nem sequer conseguem ter esse avanço em razão das contradições do cotidiano de cada uma.

Até a década de 1970 no Brasil, acreditava-se que a escola seria a única instituição que de forma compensatória, poderia, sobre as camadas mais populares, resolver nas crianças que chegavam a pré-escola as questões de falta emocional, linguística e as carências culturais. Isso se estendeu até a década de 1980, mais especificamente até 1988. Foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que os aspectos sobre o desenvolvimento da infância ganharam marcos legais e discussões importantes (RIZINNI, et al, 2014).

Na década de 1990 com a implantação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990, dariam um novo olhar para a defesa e direitos de um crescimento saudável das crianças já na sua primeira infância, sobretudo, garantindo a elas ações de políticas públicas ao fomento e materialização de direitos importantes para sua formação (RIZINNI, et al. 2014).

Porém sabe-se que hoje em dia, existem muitas crianças vulneráveis que não tem a mesma sorte de ter um bom apoio e que se sujeitam a não ter um desenvolvimento diante das circunstâncias que são apresentadas na realidade social, uma adequação até mesmo escolar, por conta de fatores que impedem, a pobreza por exemplo é um fator que está nitidamente emplacado na nossa sociedade e que as crianças e adolescentes são os principais afetados de acordo com dados apresentados.

Famílias que já se encontravam em estado de pobreza, se viram ainda mais abalados quando a pandemia atingiu o mundo em 2020, e para amenizar os impactos gerados foi-se adotado medidas para terem um suporte. O auxílio emergencial foi de grande importância nesse momento, pois ajudou as famílias que estavam em decadência, auxiliando com quantias que ajudaram a pelo menos uma parcela das pessoas.

Com análises, as crianças e adolescentes se mostram mais vulneráveis diante de todos os fatores, e falando na pobreza evidentemente exposta, eles acabam se representando um terço da população global de acordo com a UNICEF, se mostrando que mais de 100 milhões de crianças se impactaram profundamente na pobreza monetária em consequência do covid-19 em todo mundo.

Sendo a vulnerabilidade um fator que é próprio da capacidade da criança, e isso impactando mais quando não tem as boas condições de viver adequadamente, para se desenvolver enquanto pessoa. Pois uma boa estrutura familiar, afetiva, comunitária, e entre outras coisas, se tornam o alto controle para sua vivencia em harmonia.

A vulnerabilidade social, como diz Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro e Daniel de Aquino Ximenes, é uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social. Está relacionada a processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos desses grupos ou indivíduos, em decorrência do seu nível de renda, educação, saúde, localização geográfica, dentre outros. (MONTEIRO 2011, XIMENES, 2010).

Dessa forma como é visto, é um fato que se implementa como falta de desenvolvimento, sem a oportunidade de ter uma vida normal, entrelaçando todos os direitos que uma criança deve ter acesso.

Outros fatores também podem estar relacionados com a falta de desenvolvimento das causas biológicas, que por exemplo, as crianças que nascem com algum tipo de deficiência. Prejudicando o desenvolvimento da criança, ocorrendo uma falta de metabolismo em várias condições biológicas, que vai do desenvolvimento motor, linguagem, comunicação interpessoal, cognição.

E as ambientais, que se gera ali onde a mesma convive, não tendo um estímulo da parte de quem cuida, o afeto dos pais, responsáveis e cuidadores, em alguns casos que deveria receber para gerar um estímulo significativo.

Com isso, é necessário que haja uma análise do que se está passando, para que a criança tenha um melhor aperfeiçoamento no seu desenvolvimento, e não seja uma coisa que passe despercebida, pois além dos cuidados afetivos da mãe, a criança tem que ter uma completa estrutura familiar e comunitária, que possa crescer saudável de maneira entusiasmada e desenvolver o seu equilíbrio para ser uma pessoa de alto valor.

De acordo com o psicólogo Jean Piaget (1940), O desenvolvimento pode beneficiar de certos ambientes estimulantes, ambientes apropriados para crianças, o lugar diz muito para o desenvolver. A construção do infante como indivíduo está relacionada ao ambiente que a cerca. Os requisitos ambientais podem afetar a realização de certas capacidades.

Existindo uma certa relação entre esses fatores: desenvolvimento infantil e a aprendizagem, que por exemplo: crianças que não são estimuladas podem desenvolver certas habilidades posteriormente, ou até mesmo não desenvolvê-las.

Como é o caso da importância das brincadeiras e jogos que fazem parte desse papel fundamental no que diz respeito ao aprendizado, pois através dessas brincadeiras é possível que a criança expresse suas emoções, seus sentimentos, medos e até mesmo angústias. De modo que isso vá só fortalece-lo e encorajá-lo.

A Psicologia do Desenvolvimento Infantil se faz responsável pelo estudo das mudanças comportamentais que ocorrem no ser humano durante toda a sua infância e acredita que a criança precisa passar por algumas fases de aprendizado antes de finalmente adquirir determinadas habilidades e competências. Sendo um tema muito estudado.

Ao estudar e analisar os diferentes âmbitos e aspectos da fase da vida, a Psicologia do Desenvolvimento se configura na construção e aperfeiçoamento do ser humano em cada uma delas. Com outras palavras, é um campo do saber e conhecimento que se aprimora para evidenciar comportamentos comuns considerados como normais e os que se dizem prejudiciais, onde incentiva melhorias e corrige falhas.

Com base nisso e em outras concepções que não foram aqui citadas, a psicologia se adentra muito nessas questões abordadas, pois a partir daí pode se ter uma compreensão mais detalhada das formas como são abordadas certos aspectos, compreender as maneiras como aparecem o processo de desenvolvimento.

Além de contribuir para formas e estratégias de ensino e aprendizagem, conhecendo os fatores de desenvolvimento humano para que ajude a fortalecer e formar vínculos entre professores e alunos por exemplo, fortalecer a confiança e facilitar a prática docente.

Portanto, é compreensível que a psicologia de desenvolvimento seja um pouco complexa e detalhada, e não cabe aqui explicar todas as suas teorias, mas no entanto, só referenciar-lhe como entendimento, com isso, diante das percepções fica evidente e claro que esta fase da criança, se estrutura na absorção de coisas ao seu redor, se inteirando de novas habilidades e fazendo com que a criança tenha um instinto de criatividade para fazer e desenvolver coisas. Podendo ser estimuladas e ter apoio dos que estão ao seu lado.

Outros autores, como Shonkoff e Phillips (2000) Sintetizaram e avaliaram criticamente décadas de resultados de pesquisas que estabeleceram as bases para o desenvolvimento saudável em todas as dimensões (cognitiva, emocional, social e moral) se concentrando nos primeiros anos de vida.

¹ Jean Piaget (1896-1980) foi um psicólogo, biólogo e pensador suíço. Suas teorias e ideias contribuem para a compreensão do desenvolvimento infantil e da aprendizagem infantil. Até hoje, o chamado método Piaget faz parte de pesquisas acadêmicas nas áreas de educação e psicologia.

Por caso em questão, se faz portanto, a necessidade de uma atenção mais voltada para essas crianças da parte de todos, onde estão agora conhecendo o mundo, e tudo o que o bebe aprende no começo da sua vida ele leva adiante, pois é a fase que o cérebro mais se desenvolve em se tratar de termos estruturais. É importante que desfrutem da melhor maneira para poder ter um desenvolvimento sustentável e que vá proporcionar mais adiante uma amplitude de conceitos favorecidos.

É tempo de brincar, se divertir, interagir, e não é justo que essa fase seja interrompida de maneira destrutiva, que rompa com laços sociais, familiares e se prive de preceitos básicos que uma criança deve ter, pois ali começa toda uma estrutura que leva em consideração a maneira como vão conduzir o mundo, além de serem pequenos, absorvem tudo que está ao seu redor, por isso a atenção voltada.

Se desenvolvendo enquanto sujeito de direitos, onde vai passar para a fase da adolescência que vai abranger seus estímulos, ocorrendo alterações físicas, mentais, sociais, cognitivas, e se tornando um adulto capaz de se perceber na sua capacidade, tendo em mente que fazem parte de uma sociedade que está evoluindo constantemente nos diversos aspectos, para se tornar em uma ampla geração de conhecimentos.

1.2 INVESTIMENTO NA PRIMEIRA INFANCIA – POR QUE INVESTIR?

Investir na primeira infância, requer saber que esse investimento traz ganhos, no ponto de vista que abrange não só a criança, mas toda a sociedade, pois se torna uma parte importante onde a criança está inserida no contexto. Um investimento nos vários aspectos, como na saúde, a educação de qualidade pode trazer possibilidades para que reduza as inquietações sociais, como a baixa escolaridade, violência, mortalidade infantil e o enfrentamento da pobreza, que está nítida no cotidiano das diversas crianças que existem hoje sob condições vulneráveis.

O investimento na primeira infância é a melhor maneira de reduzir as desigualdades, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis. (GRANTHAM-MCGREGOR et al., 2007; CARNEIRO; HECKMAN, 2003; HECKMAN et al., 2010; SOUZA, 2011; BRASIL, 2008; REINO UNIDO, 2014).

As intervenções no início da vida têm o potencial de neutralizar tendências negativas e proporcionar às crianças maiores oportunidades para uma ótima qualidade de aprendizagem, desenvolvimento físico e saúde, aumentando assim sua produtividade ao longo da vida apesar das divergências atuais. Ressaltando que, com mais de dois anos após o começo da pandemia, a desigualdade social aumentou significativamente atingindo as crianças.

Isso levou desdobramentos em muitos âmbitos da realidade social. A maioria das escolas no Brasil ficou sem atividades presenciais durante a maior parte do ano letivo de 2020 e alguns meses de 2021.

Segundo a UNESCO, estima-se que as escolas tenham sido fechadas por mais de 40 semanas durante o surto da pandemia, impedindo o desenvolvimento de muitas crianças. Embora muitas delas tenham tido aula remota, mas muitas não conseguiram o aprendizado que era necessário para o seu desenvolvimento, a sobrecarga, a ansiedade, a falta de recursos prejudicaram ainda mais.

Contamos com áreas com mais recursos para a primeira infância em 2021 ainda em contexto pandêmico onde havia necessidade, como no caso a saúde, educação e assistência social, respondendo por quase 94% do GSPI- Gasto Social com Primeira Infância, conforme a tabela do Grupo de Trabalho de Orçamento Público Pela Primeira Infância.

A maioria dos recursos são classificados como orçamento expandido, o que significa que também é bom para crianças pequenas e outros públicos. Existindo ações específicas para crianças de 0 a 6 anos, são exemplos, os programas Educação Infantil e Criança Feliz visando o seu desenvolver e dando suporte as famílias, auxiliando no acompanhamento da criança, onde facilita o acesso de gestante e as mães as políticas e aos serviços públicos para melhor qualidade.

Devendo-se estabelecer então uma proteção em relação aos que mais precisam, as crianças são o futuro de uma geração que está se formando, e futuramente a sociedade pode sofrer os rebatimentos que pode se ocorrer, através de um não investimento. Visto que no Brasil já existiam muitas famílias na linhagem de vulnerabilidade mesmo antes da pandemia, que acaba gerando uma impactação diretamente na formação do sujeito, pois a criança pode não se desenvolver da maneira esperada e se sujeitar a andar por linhas tortas.

Gerando uma preocupação que por vezes não se adequa na sociedade como deveria. As políticas sociais se tornam um fator importante nesse momento, que possibilita formas que estão para a redução dessas vulnerabilidades.

Como está no Regulamento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/1990), que torna como essencial fazer das crianças uma prioridade absoluta nas políticas públicas. E prevê que Crianças e adolescentes tenham condições de desenvolvimento na faixa de aspectos Emocionais, Físicos, Social e Cognitivos que desencadeiem habilidades.

É necessário abranger novas áreas territoriais com as políticas públicas eficazes, tomando como foco os locais que se encontram o maior número de famílias que estão em situações desagradáveis sem ter acesso aos serviços básicos, para que possam interagir e serem inclusos como sujeitos de direitos em uma sociedade que se desenvolve com o passar dos anos.

Como importante fator, a intersetorialidade é algo que abrange profissionais que lidam com políticas e desenvolvem uma ação integrada com as crianças, envolvendo ações conjuntas e favorecendo maneiras de superação, tendo em vista que a criança que acessa um serviço, é a mesma que acessa outro e que está dentro da mesma perspectiva de condição.

Uma forma de que esse investimento pode gerar a construção coletiva de sujeitos evoluídos e comprometidos para fazer a diferença nos diversos campos de saberes, como também com condições sociais e ambientais sustentáveis. Para além

disso, também para que a criança cresça, e como adulto se desenvolva com pensamento de ser uma pessoa íntegra, desenvolvendo suas competências juntamente com relação a sociedade para progredir como um todo, agindo de maneira que contribua para a evolução conjunta de valores e princípios.

E quando se investi em uma boa educação na primeira infância principalmente para aquelas em risco, pode trazer desenvolvimento econômico e fazer com que reduza o número de criança fora do ensino, tendo os municípios mais acesso na ampliação de boas escolas, possibilitando que a criança tenha uma capacidade acelerada de desenvolvimento, onde estimula o seu comportamento social para que mais na frente seja uma pessoa rica de valor e conhecimentos.

Sendo importante que as escolas trabalhem as habilidades de motivação, controle emocional, a interação social para que haja um significativo rendimento na construção de sujeitos progredidos, e saibam como trabalhar para manter o adequamento de estratégias formuladoras de respostas.

A maior taxa de retorno do desenvolvimento na primeira infância ocorre quando se investe o mais cedo possível, desde o nascimento até os cinco anos de idade, em famílias carentes. Começar na idade de três ou quatro anos é um pouco tarde demais, pois significa não reconhecer que habilidades geram habilidades de uma forma complementar e dinâmica. Os esforços devem se concentrar nos primeiros anos em busca de maior eficiência e eficácia. O melhor investimento é na qualidade do desenvolvimento na primeira infância, desde o nascimento até os cinco anos, para crianças carentes e suas famílias. (Heckman, 2012, p. 02).

Assim, deve levar em conta que não só a educação, mas também a saúde é um importante fator no que diz respeito ao progredir da criança, como todo mundo precisa de saúde para viver bem, as crianças principalmente por que estão em fase de crescimento, e para se ter uma condição saudável é necessário que haja investimento. Em uma perspectiva que a partir desses contextos, tenha efeitos positivos para um caminho diferente e não se sintam aprisionados em um contexto triste que necessita do sofrimento e da falta de oportunidade para uma vida digna de honestidade.

Estudos já comprovaram que quando mais cedo se investir na primeira infância, maior as respostas geradoras, reduzindo os fatores ocasionados socialmente, e que hoje vê-se estimativas significativas onde milhões de crianças se encontram hoje em estado de não progressão devido as formas que estão postas esses problemas onde acaba

deixando as famílias em condições desumanas, principalmente depois desse impacto gerado pelo Covid-19.

Contudo, quando essas crianças ficam evidentemente por a maior parte da sua infância, até a adolescência expostas a esses fatores de menos oportunidades, se gera uma maior probabilidade de serem adultos pobres e vistos como marginalizados em uma sociedade que se sentiram como excluídos de seus direitos básicos e tendo que viver de forma desconsiderável sem suprir das condições de alimentação, emprego favorável, entre outras coisas.

As formas como esses fatores de risco aparecem para a sociedade preocupa o Ministério da Saúde, pois torna como algo que para as crianças vai gerar um impacto muito maior desde cedo afetando nas relações familiares, sendo eles sujeitos mais vulneráveis e que precisam de mais suprimentos para se estruturarem de forma saudável.

O olhar desses órgãos deve estar voltado para os mais vulneráveis que são as crianças, abrangendo suas políticas e ampliando as formas de trabalhar em cima disso, pois a partir de um trabalho bem desenvolvido pode-se ter uma noção do que vai melhorar, quantas crianças vão estar socialmente inseridas nos espaços educativos e com acesso aos outros serviços de saúde para melhoria de vida.

Com a atuação de vários profissionais propostos a intervir na forma de vida e adequá-los nos diversos campos dos saberes e atenção especializada, com garantia de que possam sair dali com visões de um mundo melhor e outros lhes dando suporte para a superação na forma de vida, se propondo a estabelecer conexões com pessoas socialmente, e se relacionando da melhor maneira que puder para suas atitudes que direcionaram uma sociedade melhor futuramente.

A inclusão social é um processo de investimento que pode-se dizer que já se é falado desde sempre e é algo que pode fazer valer desde já dentro de todas as esferas de proteção e também na sociedade, por que existem muitas crianças e famílias que estão inseridas em um contexto triste, sem prover de muitas coisas, estando essas pessoas abandonadas em uma realidade totalmente diferente de outras, onde se faz necessário pensar no quanto a vontade de muitas é estar em um ambiente provido de seus direitos.

E portanto desde que possam investir nessa inclusão e estabelecer meios de proteção para que essas crianças se sintam acolhidas e incluídas no diferentes espaços, com todo apoio e investimento nessa realidade de muitas nas quais estão sem o seu desenvolvimento adequado, onde possam ter seus direitos efetivados, e que vai contribuir também na obtenção na forma de viver bem, construindo novos aspectos para a sua vida, onde se sinta livre e se relacione da melhor maneira com pessoas do seu convívio.

[...] o direito à ocupação, objetivando a participação inclusiva nas ocupações diárias para todas as pessoas da sociedade, independente da idade, habilidade, gênero, classe social ou outras diferenças (NILSSON; TOWNSEND, 2010, p. 58).

A ciência já mostra que com o investimento nessa inclusão, beneficia de forma que vá garantir boas condições de vida, onde as crianças em situações vulneráveis possam ter acesso aos seus direitos básicos que se diz respeito a saúde, nutrição, afeto, educação de qualidade, entre outras coisas que tornam essenciais para o seu pleno desenvolvimento.

Com pesquisas que já mostraram também que a inclusão social na primeira infância pode reduzir o risco de participação em atividades criminosas, diminuindo as variadas formas de evasão escolar e o desenvolvimento de comportamentos agressivos que podiam ocasionar.

Com base nisso, se faz alta as possibilidades de um futuro melhor, com qualidade e esperança de serem adultos responsáveis futuramente, tendo aspectos que vá favorecer socialmente, se obtendo de participação continua nas atividades societárias. Basta que também a sociedade contribua para o alcance de formas de enfrentamento as desigualdades.

Há também muitas razões econômicas para aproveitar a estrutura de oportunidades da primeira infância. A enquete do americano James Heckman, vencedora do prêmio Nobel de 2000, mostra que o dinheiro investido no cuidado de crianças vulneráveis retorna à sociedade na forma de uma economia com programas sociais, menor violência e salários mais altos (o que significa mais produção de riqueza e mais impostos para apoiar o governo programas). Segundo o próprio Heckman, o retorno do investimento nesse âmbito é de 13 %. (*site Heckman Equation*)

Se faz a necessidade de recursos dispostos a inclusão e ao enfrentamento de desigualdades que se geram em torno da sociedade que traduzem de maneira inapropriada para o desenvolvimento de muitas crianças no Brasil, que hoje estão impactadas diretamente com as novas formas de viver insatisfatoriamente, desenvolvendo maneiras inapropriadas para se sustentar diante do cenário atual.

Obstáculos que podem seriamente impedir a forma de progressão da criança, que não é uma coisa boa, e pode se manter até por muito tempo se não houve um controle dessas inquietações com ajuda do Estado, por isso quanto mais cedo essas intervenções ocorrer, maior a probabilidade dessas crianças atingirem seu potencial máximo de satisfação.

Gestores públicos estão cada vez mais compreendidos sobre a importância desse investimento na primeira infância e comprometidos para a melhoria de desenvolvimento e qualidade de vida da criança. Muitos estados e municípios atingem aspectos e iniciativas para o bem-estar do infante nessa fase de desenvolvimento que é crucial não só para ela, mas também para suas famílias.

Com intuito de favorecimento, Brasília já sediou um seminário de educação infantil. Durante o evento, estados e Distrito Federal se comunicaram por meio de um pacto para ampliar e manter o Programa Criança Feliz. Este acordo exige que cada participante que esteja à frente, como governadores, amplie as condições e conceitue as iniciativas de qualificação.

Não basta só investir na educação por exemplo, tem que investir principalmente na qualidade. A educação na primeira infância proporciona às crianças em idade pré-escolar experiências positivas que as ajudam a desenvolver hábitos positivos na primeira infância. Esses hábitos positivos e conhecimentos duradouro são necessários para um desenvolvimento futuro positivo.

Uma maneira de garantir isso é apoiar a educação infantil de alta qualidade. Bons educadores, ambiente de sala de aula ideal e materiais educacionais garantem que as crianças tenham experiências educacionais produtivas. Isso acabará por resultar em um futuro melhor, de maneira geral que priorize o infante, supondo que traga benefícios até quando for responsável por si.

E quando isso corre de maneira proporcional, a qualidade se torna um fator importantíssimo, pois melhora o estímulo e abrange mais satisfação no aprendizado e no seu desenvolver, propiciando formas de tornar aquilo mais propositivo em todos os aspectos que direcionem a criança com base naquilo que é proposto para ela como aspecto central .

Como argumentaram Schmitt e Koot (2001), qualidade de vida é um construto e como tal não tem base temporal ou física e “um construto é um conceito organizacional que existe para orientar aqueles que o utilizam” (FOSTER e CONE, 1995 apud SCHMITT e KOOT, 2001, p. 573).

Tendo a qualidade de vida na primeira infância um efeito significativo no sucesso das gerações futuras. Também ajuda as famílias a construir um ambiente mais seguro, o que contribui para maiores ganhos educacionais para as crianças. As oportunidades de emprego provavelmente serão escassas em 20% com a educação. Em 40%, os participantes da educação experimentarão benefícios socioemocionais. Além disso, é improvável que os participantes cometam crimes violentos com uma chance 65% menor.

Uma definição bem exemplificada de QV, que apresenta-se como importante aspecto e bem comum, é a conceituação de um construto identificado em diferentes estudos, e aparece-nos, portanto, como o principal fator-chave a ser levado em consideração. Com base nisso, uma definição de Wallander, juntamente com SCHMITT e KOOT, 2001, p. 573) se torna útil, segundo a qual:

Qualidade de Vida é a combinação de bem-estar objetivo e subjetivo em múltiplos domínios da vida, considerados importantes na cultura e época do indivíduo e que estão de acordo com padrões universais de direitos humanos.

E a outra conceituação que foi proposta pela WHO-World Health Organization, de acordo com Harper e Power (1998, p. 551):

Qualidade de Vida é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais vive e na relação com seus objetivos, expectativas, padrões e interesses.

O olhar abrangente em volta desses valores que são importantes na construção do indivíduo, que fazem com que tornem essencial o investimento nessa qualidade e manutenção de bases para sua sobrevivência. Uma construção de trabalho coletivo que compete muito aos que estão inseridos diante de uma sociedade melhor, o Estado deve manter fornecimentos para recursos.

Com a proposta que a partir dessas qualidades para programas voltados para essa infância, comece a ter um potencial abrangido para todas as crianças, sem exceção de nenhuma, começando com o pensamento de facilitar o desenvolvimento e o exercício de atividade voltadas para o fortalecimento desses indivíduos.

Portanto, é possível considerar que é direito da criança ter padrões de vida que correspondam às suas necessidades de desenvolvimento físico, mental e social, respeitar este direito é fundamental, pois afeta o bem-estar da pessoa na idade adulta. Quando os padrões de qualidade de vida acima mencionados não são respeitados ou conhecidos, um estudo interessante deve ser feito sobre as medidas de qualidade de vida de crianças.

Essa qualidade dos serviços impacta no agir da criança, que um dia será um adulto que valoriza as relações familiares e comunitárias, vendo formas de como lidar com o mundo a partir daí, como uma conotação de esperança, para mudar o aspecto mundial para melhor, e compreender de que forma as coisas chegam na nossa vida e quais a importância delas em um contexto ampliado da realidade.

A proposta é trazer inovações que visem o desenvolvimento desses seres pequenos e o adequamento dos mesmos, ressaltando que é a partir dessa geração que se forma, que está o discernimento da sociedade, ampliada e evoluída. Inovações futuras podem ser de grande importância para a coletividade que estes futuros adultos podem trazer.

CAPÍTULO II: QUESTÃO SOCIAL, CULTURA DA VIOLÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SUJEITO.

“Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.” (Iamamoto, 1997, p. 14);

Nesse capítulo abordaremos o desvelar da questão social, com o entendimento através das relações de capital vs trabalho, que se resulta em desigualdades para a sociedade, também apresentando a cultura da violência como algo apresentado na sociedade como natural, e o desvelamento dos vários tipos de violências que resultam em consequências para a criança.

2.1 RETRATANDO OS TIPOS DE VIOLÊNCIAS COMO FATORES DE RISCO.

Falar da questão social inicialmente requer a base de tudo para chegar onde queremos, pois se apresenta como um conjunto de expressões que definem as desigualdades de uma sociedade, levando em conta que é a pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, entre outros que aparecem na nossa vida e se torna algo cheio de preceitos.

Essa questão social emerge no século XIX com o capitalismo avançando, e vai se objetivando a formulação de políticas sociais que beneficiassem uma classe trabalhadora cada vez mais empobrecida. A conceituação de questão social diz respeito a como a riqueza da sociedade é criada e repartida através da relação capital e trabalho, ou seja, burguesia e proletariado.

Segundo Yamamoto (1998, p.27)

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social que é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Gerando o empobrecimento dessa classe trabalhadora, que não se detém dos meios de produção, tendo assim, os donos que são a classe burguesa, se apropriando ao máximo da força de trabalho que torna o trabalhador cada vez menos valorizado, cada vez mais explorado e desgastado no processo de trabalho, tomando a sua liberdade de lazer, e de direitos bem concebidos.

A pobreza se dá por que, cada vez mais o trabalhador é explorado e sendo beneficiado cada vez menos, levando por vezes da relação do desemprego que acontece por que muitas vezes as indústrias estão se aprimorando cada vez mais com a tecnologia e precisando cada vez menos do trabalhador vivo. A violência também é outro fator que é decorrente desse processo, pois leva em conta as circunstâncias a partir desses outros fatores.

Um conceito bem claro sobre essas relações, é dito pelo sociólogo alemão, Karl Marx, chamando de luta de classe, que difere uma classe de outra dentro da sociedade capitalista, onde uma é a burguesia, que possui os meios de produção, sendo elas, indústrias, máquinas, ferramentas, e tudo que servir para produzir algo, e a outra, o proletariado que só pode oferecer sua mão de obra para trabalhar e gerar a riqueza que vai toda pros donos do capital.

O termo "proletariado" portando, refere-se a trabalhadores em negócios capitalistas, são trabalhadores desses espaços, como fazendas, fábricas... E o termo "burguesia" refere-se aos proprietários. Por causa desse relacionamento desequilibrado, a classe que possui os meios de produção controla a classe que não possui. Isso porque as classes com poder de produção conseguem crescer mais do que as que não têm.

Por compensação, os proletários vendem sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário, para garantir sua subsistência e da sua família, tendo essa mão de obra a ser considerado uma mercadoria a medida que será vendida em troca de dinheiro..

A exaustão que essa classe trabalhadora se submetia era tão grande no início de capitalismo, que as formas para uma melhoria foi uma rebeldia dessa classe, diante da classe burguesa, onde se reivindicaram melhoras nas condições de trabalho que também eram precárias, e também de salário, por conseqüente, a questão social se apresentava diante dessas relações conflituosas, onde um queria lucrar, a outra se via na condição de vender o que tinha a oferecer, que era sua mão de obra pouco qualificada.

E que até hoje a questão social é um assunto muito discutido, pois é algo que abrange as condições dessas duas relações de luta de classes que existem na sociedade

capitalista, tomando em consideração as formas de viver e de se relacionar, pois trás conceitos que impactam diretamente na sociedade, e torna por trazer consequências e aumento das vulnerabilidades.

Netto (2001) afirma que a ‘‘questão social’’ é parte do desenvolvimento capitalista, que diante disso, entende-se que essa questão está intimamente relacionada ao sistema capitalista de produção, resultando em desigualdade social que está enraizada no contexto da sociedade e vem passando por diferentes tipos de rebatimentos onde impacta no cotidiano.

Um desses rebatimentos que é gerado é a questão da violência, já que é um assunto a ser tratado aqui, torna como essencial a ser discutido, pois é um conceito de que essa violência gera um impacto muito grande, principalmente em relação a crianças que são vulneráveis a qualquer tipo de coisa, sendo elas pequenas e indefesas para uma sociedade cheia de preceitos.

Segundo o documento publicado pelo Ministério da Saúde, sobre violência em si, na denominação da Política Nacional da Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (Portaria MS/GM n. 737 de 16/05/01)

Violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade sua saúde física, moral, mental ou espiritual. (BRASIL,2001, p. 25-38)

Diante disso, a OMS define termos de violência para além da força física. Definindo violência a comportamentos causado por relações de poder como intimidação, negligência e ameaças. Ao conceituar a intenção em relação à violência, um relatório de violência mundial e saúde da OMS afirma que a violência também é um determinante cultural que se intenciona na sociedade.

Com isso, baseando em uma virtude de educação cultural e a sistema de crenças, alguns indivíduos pretendem prejudicar os outros sem perceber isso como violência, como é o caso de país que querem educar os filhos usando a violência física na intenção de que a criança aprenda e não cometa mais erros, mas dessa maneira só vai prejudicar a criança.

Como definição da cultura, de acordo com Lola Aniyar de Castro, citada por Shecaira (2013, p. 336):

um conjunto de símbolos, de significados, de crenças, de atitudes e de valores, que têm como característica o fato de serem compartilhados, de serem transmissíveis e de serem apreendidos. Quando esta cultura penetra na personalidade, o faz através de um processo que se denomina de socialização.

A forma como a cultura está ligada a sociedade também é um fator impactante para a construção de coletividade, pois é por aí também que decorrem os fatos estabelecidos e acabam por ser considerados um fato natural que é decorrente de crenças e valores onde passa de geração por geração, levando em consideração que é o melhor para gerar aprendizados e se estabelecer enquanto sujeito.

De acordo com Quintero (2017), coordenadora do blog Rede Para a Paz;

é importante entender que a punição física não tem bons resultados em futuros adultos. Embora seja verdade que às vezes as crianças vão evitar os comportamentos que não queremos que eles tenham, mas eles vão fazê-lo por medo e isso não é algo que é mantido ao longo do tempo.

A criança que cresce em um contexto como esse, tomando para si que a violência se torna como algo natural para estabelecimento de aprendizados, ela pode crescer e ter as mesmas atitudes, perpassando de geração por geração esse pensamento que não condiz como algo que é bom para o fortalecimento da criança, pois pode gerar muito mais preocupações em virtude disso.

Principalmente com crianças, essa violência física compactuada como cultural, se concentra como mais preocupante, por que vai condizer muito com o que ela vai ser quando crescer, e por isso não deve ser algo que deve ser levado como uma coisa natural, que alimenta seus estímulos e ganha força no que diz respeito a personalidade, que pode ser positiva ou não diante desse fatores.

Já em se tratar dos tipos de violência ao relacionar a questão social, que diante da sociedade pode ser geradas sobre a vida da criança, há os conceitos que a OMS considera que atentemos, portanto, cabe ressaltar que se torna cabível conhecer todas essas violências, e como classifica o Ministério, sabendo interpretar elas como, física, sexual, psicológica/emocional, negligência/abandono, institucional. (Ministério da Saúde - Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências. DF, 2010)

A violência física é onde um agressor vai usar a força ou objeto como mecanismo, até mesmo armas, isso podendo ser provocado por os responsáveis ou por outras pessoas como forma de “educar” ou “corrigir”. Deixando o infante oprimido e com marcas que podem ser levadas para a sua vida toda, ou causando até mesmo a morte em alguns casos.

A violência sexual se torna como algo que vá obrigar o infante a ter contato sexual, com a intimidação, chantagem, suborno, manipulação, ameaça, a vítima se sujeitando ao limite da sua vontade pessoal. Isso pode ser provocado por pessoas que são da família ou por terceiros.

Por sua vez, a violência sexual

[...] configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO e GUERRA, 1989 apud GUERRA, 2008, p.33).

Essa prática violenta geralmente está relacionada a relacionamentos, onde o agressor que impõe os desejos da criança, vai persuadi-los e/ou forçá-los a satisfazê-los. Essa intenção do processo de violência sexual é sempre (direto ou indireto), O agressor usa mecanismos para engajar uma criança, usando a coerção ou persuasão. A sexualidade está enraizada em um modelo de relacionamento adulto-criança centrado no adulto, onde prevalece em nossa sociedade.

A violência psicológica/emocional consiste em fazer o infante se sentir humilhado, rejeitado com palavras verbalmente ditas, xingamentos, indiferença, isolamento, ou qualquer outra coisa que vá impedir no seu pleno desenvolvimento psicológico, a alienação parental é um exemplo disso, deixando sua sensibilidade ainda mais afetada diante das coisas que são absorvidas para si.

Rejeição emocional dos pais ou abandono de seus filhos também é caracterizada como violência psicológica, pois causar dor mental. É importante notar que a violência psicológica na maioria dos casos, as vezes tomada como invisível, embora na maioria das vezes porque é acompanhado por outras formas de violência. Acredita-se que isso seja devido ser difícil de notar os traços que deixa para trás.

A negligência/abandono é algo mais frequente entre a maioria dos casos já vistos, pois se é ocasionado geralmente por pais, ou responsáveis que iram se submeter ao descuido com o infante, se negligenciando quanto aos cuidados que são importantes para o seu desenvolvimento, como a atenção, a participação escolar, alimentar, cuidados médicos, recursos materiais, no emocional.

Isto acaba se tornando um abandono que pode ser parcial ou total, por se tratar de colocar a criança em um risco social, sem plenos cuidados, desamparados da família. E por isso, muitas vezes ocorre a destituição do poder familiar em decorrência dessas violências, a perda do poder do filho que é abandonado ou sem total amparos.

A colocação em família substituta far-se-á, como previsto no art. 28 do ECA, *in verbis*:

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. (BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990).

E ainda a institucional que se refere conseqüentemente a violência sofrida em redes públicas de serviços geralmente, a escola é um exemplo, onde se caracterizam e se concentram as desigualdades de gêneros, étnico-raciais, econômicas, entre outras, se institucionalizando nesses espaços organizativos e estatais.

Implicando a criança a ser tratada de forma negativa sobre essas redes, que deveriam ser o acolhimento, e acaba por se negligenciando quanto aos cuidados que estes deveriam ter diante de tudo, o infante se prejudicando ainda mais no seu desenvolvimento e se fazendo passar por má colocação em uma sociedade que deve estar em constante evolução no quesitos de bem social do sujeito.

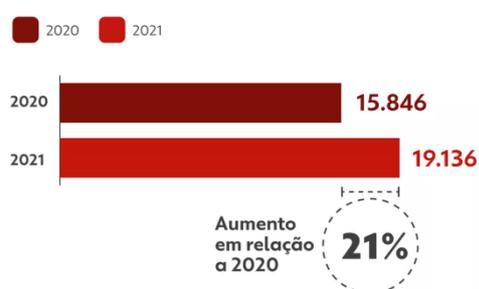
Diante disso, é perceptível que as crianças sejam vulneráveis, pois são sujeitos em desenvolvimento que ainda não tem competência suficiente para se defender destes atos. Sujeitos estes que muitas vezes não tem a oportunidade de se expressar e não ter noção do que acontece ao seu redor e na sua vida, acabando por estar em um

âmbito social onde estão as relações adversas, por isso se faz necessário buscar entendimento sobre todos os fatores no seu convívio e estar atento aos sinais que demonstram.

De acordo com o G1 (2022) o aumento de maus tratos contra crianças em 2021 aumentou significativamente em 21% no país ainda em pandemia, se mostrando o pico na primeira infância, o aumento de abandono de incapaz também é apresentado como alto índice, mostrando os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com esse número se aproximando de 20 mil casos no total.

Maus-tratos contra crianças e adolescentes

Registros crescem mais de 20% no país



g1 Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública
Infográfico elaborado em: 27/06/2022

FIGURA 1: Imagem G1-globo

Casos de maus-tratos cresceram 21% no Brasil em 2021, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública — Foto: Juan Silva/g1.

Ressaltando que com o crescimento pandêmico e o isolamento social, essas crianças obtiveram maior probabilidade de sofrerem violências, pois com o fechamento de escolas, tiveram que ficar maior parte do seu tempo em casa convivendo com as pessoas da família, ficaram sujeitas a um processo de não progressão no seu rendimento escolar, e ainda por sofrer maus-tratos acabavam se prejudicando ainda mais.

A maior parte das crianças ficam totalmente vulneráveis diante dessas situações, onde não tem o apoio em seu rendimento, e não terem a quem recorrer, sofrendo de todos os tipos de violências que são apresentadas, em maioria dos casos a violência física e negligencia, pois essas são consideradas como propícias em relação ao ambiente, as vezes o mau comportamento da criança em casa pode desencadear uma agressão tomando como violência física, e os desamparados de cuidados pode ser negligenciados.

Por serem a maior parte na primeira infância, é natural que tenham comportamento de crianças pequenas e que necessitam de um maior olhar, porém nem todas as vezes esse olhar abrangente é possível. Pois a relação, o convívio torna constante, acabando por tornar isso dificultoso.

Perfil dos menores vítimas de violência

Crianças com idade entre 0 a 6 anos são a maioria das vítimas



Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA-RJ)

Infográfico elaborado em: 20/04/2021



FIGURA 2: Imagem G1- globo

Perfil dos menores vítimas de violência, segundo a FIA-RJ — Foto: Arte G1.

Nesta outra imagem do G1 (2021) acima, mostra realmente que a faixa etária de crianças que sofrem violências se geram na primeira infância como principal preocupação entre os órgãos responsáveis, também é perceptível que é geradas a maior parte pelo genitor, e em segundo lugar o padrasto, que eram para ser chaves fundamentais no quesito de cuidar, acabam por ser os responsáveis por essas violências. E sendo elas, 62% de crianças do sexo feminino.

Diante de todas essas questões, vale destacar que a infância é vista como uma etapa do pleno desenvolvimento humano e, por todas as violações de direitos a que as crianças podem ser submetidas, é problematizada no âmbito geral, tornando-se de interesse público para aqueles que estão a frente nestas questões, as pessoas na vanguarda movem-se para prosperidade da sociedade.

A violência mantém o poder reafirmando-o, a influência que uma pessoa exerce sobre outra, seja no âmbito das normas sociais ou culturais. A violência que consiste contra crianças se insere na esfera das relações pessoais, localizado na esfera final, a hierarquia desse elemento é fundamentada em uma relação entre as esferas. Em virtude da força emocional e da força física, os adultos têm poder sobre a criança, dominando a sua vontade.

Como consequência, de que a violência tem o efeito de reafirmar o poder e a dominação, um sujeito é superior ao outro e, em uma relação desigual, a vítima será sempre aqueles com menos poder ou proteção, por exemplo, os Idosos, mulheres, pessoas com deficiência, especialmente crianças que são pequena e são mais sujeitas a serem vulneráveis.

Segundo Azevedo e Guerra (2007, p. 35) a vitimização de crianças.

[...] enquanto violência no âmbito interpessoal [...] pressupõe necessariamente o abuso, enquanto ação (ou omissão) de um adulto, capaz de criar dano físico ou psicológico a criança. [...] a vitimização é uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la, portanto, ao poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou paixões deste. (AZEVEDO e GUERRA, 2007, p. 35).

Sem a possibilidade de um encorajamento para manifestar-se, se oprimindo completamente as suas próprias vontades, para satisfazendo ao agressor, e que muitas vezes a criança fica com o receio de se abrir com os pais.

2.2 MARCAS PARA TODA VIDA.

Diante dos tipos de violências apresentadas, é necessário ter em mente que isso vai gerar consequências na vida da criança, pois é algo que viola extremamente o seu desenvolvimento e sua intelectualidade, tomando como consideração que são essas violações que pode levar a criança até mesmo a morte, por consequências de agressões por exemplo.

Algumas crianças quando estão passando por um tipo de violência por exemplo, costumam demonstrar isso, apresentando sinais claros, e que são bastante suspeitos, por isso a importância dos pais terem diálogo com os filhos e atentar-se ao que está sendo apresentado ali, pois a criança pode estar sofrendo algum tipo de violência, seja na escola, em casa ou na comunidade mesmo.

Um exemplo claro, é quando a criança sofre algo na escola, e de repente começa a não desejar mais frequentar a escola, tem receio e para de comer, aí é onde está claro que alguma coisa não está certa e é melhor investigar mais além, outro exemplo também é quando ela passa a não querer que o padrasto deixe ela na escola mais com receio de que pode acontecer algo.

Portanto, sinais estes que podem ser reconhecidos como transtorno, falta de apetite, levando a desnutrição, isolamento das pessoas do seu convívio, depressão, ansiedade, comportamento agressivo, entre outras que se agravam mais.

Ao ser violados esses direitos, acontece uma causa de sensibilidade, que fragiliza-o diante das suas relações estabelecidas com todos os sujeitos ao seu redor, passando a se afastar mais e a ter um senso de rejeição, podendo futuramente ser perpetuadores de agressões por exemplo, do que já passaram na vida, por falta de apoio, acolhimento, que não absteve na infância-juventude.

Para Saffioti (1997, p.51)

a violência é um comportamento aprendido, crianças vítimas de violência apresentam maior probabilidade de se tornarem adultos violentos do que as não-vítimas.

Gonçalves (2003, p. 145) indica que, uma estatística chama a atenção para os dois pressupostos que carrega: criança ou adolescente como vítimas de violência tendem a cometer os mesmos atos de violência quando se tornam adultos, enquanto que

essa violência levou a um aumento nas taxas de crimes de rua. Autores informam que esses pressupostos têm como princípio a chamada "transmissão violência intergeracional", que se baseia em Steinmetz, final dos anos 1970. Acreditando que;

o fato da criança ter sofrido ou testemunhado atos abusivos leva a acreditar que medidas severas e coercitivas são parte legítima das práticas educativas, e na idade adulta lançarão mão destes recursos por acreditarem em sua eficácia (Gonçalves 2003, p. 145).

Além das fragilidades que estes sofrem diante das relações sociais, pode-se afirmar que diante dessas violências, podem chegar demandas na saúde, nas unidades, que no entanto podem ser gravíssimos e que muitas vezes ficam dependentes de acompanhamentos com profissionais nesse âmbito de saúde, podendo partir de um acolhimento com assistente social, psicólogos, psiquiatras, médicos, é importante que estejam acolhidos e faça com que o infante garanta um apoio multiprofissional que amenize as consequências sofridas.

Vale lembrar que são violências partidas por pessoas próximas ou por terceiros, pode ser qualquer pessoas do convívio social próximo como, mãe, pai, padrasto, avó, tio, enfim, são pessoas que partem do conceito de família e que deveriam tomar conta para proteger a criança e não a cometer ações fúteis desagradáveis, como também acontece por pessoas distantes e sem vínculo algum.

A presença dessas violências na vida do infante, o torna em total vulnerabilidade social, enfrentando variadas condições de vida em torno da questão social apresentada cotidianamente no nosso contexto atual, o sofrimento dessas crianças é constante, por não terem um estilo de vida adequado, terem seus direitos violados e ainda sem ter apoio muitas vezes da família, que não ajudam a superação de traumas provocados por essas violações.

Quando o infante sofre violações na sua vida, a melhor maneira para que ela supere algum trauma que tenha sido provocado, é que tenha o apoio da família, de pessoas que estão no seu convívio afetivo, assim o seu desenvolvimento pode ser positivo sem impactos profundos como, o desencadeamento de ansiedade, doença mental ou algo que impeça de evoluir constantemente.

E quando esse apoio afetivo não ocorre diante de tudo, o trauma formado na infância pode afetar também o comportamento, os pensamentos, as crenças, a capacidade de administrar as emoções, as relações interpessoais, a forma de lidar com as pessoas, e até a realização individual na idade adulta. Pode ocorrer uma “blindagem” como uma armadura, para evitar apegos ao se relacionar com pessoas, por consequência do impacto causado por a violência, achando que assim pode se prevenir.

Onde isso fortalece a sua insegurança, aumentando seus medos de interagir e de manusear sua vida, o desenvolvimento emocional é um fator que pode ser afetado negativamente em situações em que a conexão entre a criança e os pais é desconectada. Essa desconexão envolve situações de negligência-abandono por exemplo, quando uma criança sai de um ambiente totalmente desestruturado, ou estilo de vida familiar que não tenha amparo, e ingressa em um ambiente não familiar, com essa mudança repentina cria ainda mais desconforto, angústia e percepção tardia do ambiente.

Crianças que foram abusadas nos primeiros cinco anos de vida podem ter atraso no desenvolvimento cerebral e cognitivo, aumento da suscetibilidade ao vício, gravidez precoce e comportamento social violento. O cérebro torna o maior prejuízo a esses riscos de violências, permitindo capitar tudo a sua volta, acaba prejudicando o sistema emocional.

De acordo com Laplanche & Pontalis, (1996, p. 137-144),

Vendo do ponto de vista psicodinâmico, o trauma envolve eventos na vida de um indivíduo que implicam uma quantidade de excitação que excede além da sua capacidade de tolerância e sofisticação mental. Como criaturas em desenvolvimento, as crianças são mais suscetíveis a tais eventos.

Garland, (2015); Fonagy, Gabbard, & Clarkin, (2013, p. 137-144). Afirmam que,

A atenção primária é essencial para a estruturação mental e a aquisição de habilidades de regulação emocional. Capacidade de reflexão e autonomia. Por outro lado, experiências traumáticas e falhas graves nos primeiros relacionamentos podem atrapalhar ou alterar processos de desenvolvimento saudáveis, causando falta de confiança no sujeito e diminuição dos recursos psicológicos. Com uma capacitância diminuída de representar simbolicamente suas experiências, o indivíduo torna-se mais vulnerável ao sofrimento psíquico.

Psicologicamente a criança se sente afetada nas suas emoções onde se encontra em um estado depressivo, e quando cresce e vira adulto passam por um processo de ajuda psicológica com profissionais da área, problemas atuais que podem ter relação com o que foi passado na sua vida enquanto criança. O desencadeamento de noções que traram pra sua vida um forte abalo.

Esses abalos e transtornos emocionais quando não tratados dificultam a forma de viver satisfatoriamente com outras diversidades, a convivência em sociedade é outro grande problema que está relacionado a essa discursão, pois o torna sem interesse de se relacionar e de se desenvolver em um aspecto social para redescobrir coisas, como de conversar, aprender algumas brincadeiras novas, interagir com outras crianças.

A violência parece estar presa aos desejos adultos porque se torna sob ameaça e medo, mantêm um "acordo silencioso" com seus agressores, Instalados na intimidade e contexto de sua família em um processo inadequado. O âmbito que se destaca e desencadeia todo o processo violento é o abuso da relação, o "poder" dos adultos, que pode ser uma condição para a propagação da violência de todas as classes sociais, sem características de um determinado padrão familiar, que acontece nas melhores famílias e naquelas mais vulneráveis possíveis.

Esse é o momento onde acaba problematizando o seu contexto atual ainda mais na sua formação enquanto sujeito, pois além de não se desenvolver e de não ter ninguém para conversar, ficam com esses traumas pra sempre, que onde pode levar em alguns casos a cometer algum tipo de suicídio por não suportar a angustia de viver com aquilo enraizado na sua vida.

Rodrigo Guerrero, através do Ministério Público de Paraná (2017), (membro do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento em Prevenção da Violência - Cisalva), como também (diretor da organização Alianza por la Buena Crianza), Diz da importância da parentalidade e da intimidade familiar no crescimento é enfatizada, pois as crianças que crescem em um ambiente acolhedor terão maior probabilidade de desenvolver relacionamentos positivos com os outros e seu ambiente.

Da mesma forma, eles têm melhor desempenho na sociedade quando estão em um ambiente propício ao aprendizado, em vez da pressão de serem vítimas de violência. Um conceito de visar, promover e desenvolver habilidades educativas na paz familiar, no intuito de uma pesquisa mostrando os tipos de violências e abordando que as condições decorrentes de menores às vezes podem ser negligenciados, passando despercebidos.

Contudo, com essas violências apresentadas que é relacionada para a questão social, e tendo em vista as relações que se formam dentro do contexto social, a convivência de suas famílias, e o cotidiano e suas vertentes, condizem para que as crianças fiquem aptas a viver nessa ampla gama de riscos sociais, onde seus acessos aos serviços ficam restritos por muitas vezes, impedindo o seu desenvolver.

Para MINAYO, (1994, p.8);

As consequências por caso em questão, se gera no resultado de que, como a maior riqueza de poucas pessoas é concentrada e o número de pobres aumenta, a maioria da população se reduz muito ao acesso de produção de bens, de melhor saneamento, educação, habitação, agravando as condições existentes, que para Minayo, a desigualdade "... afeta profundamente a prática socialização.

A questão social acaba se tornando um problema, que gera no interior dessas relações que estão intimamente dentro de um aspecto amplo, com o aumento dessas desigualdades pode-se ter noção de como o impacto é gerado no mundo, interferindo na primeira infância principalmente, atrasando o desenvolvimento da criança e se instaurando como estilo de vida.

São interferências que podem acabar por relacionar o atraso de vários fatores na criança, a maioria das famílias, por mais pobres que sejam, não conseguem atender às necessidades de seus filhos, com pouca ou nenhuma educação, as famílias não conseguem evoluir socialmente, as oportunidades são fechadas, o que significa que há muitos meninos de rua saqueando, vivendo em lugares perigosos, sem direito a uma vida melhor, e suas necessidades não satisfeitas.

Pode-se falar que muitas crianças têm família, comida, amor e atenção de seus parentes. Outros nem sabem como é receber essas coisas. Pois estão sujeitas a uma

realidade infelizmente inadequada para suas idades, onde era pra existir a maneira de levar uma vida digna de tudo aquilo que uma criança tem direito para ser feliz, seus direitos sendo cumpridos a medida do possível.

As disparidades domiciliares são altas e a violência, o abandono, as drogas e a falta de emprego têm contribuído para a constante rotação da pobreza e vulnerabilidades no país, gerando desigualdades entre as classes sociais.

CAPÍTULO III: APARATO LEGAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E SUAS NORMATIVAS E PROGRAMAS.

“Se a gente quiser modificar alguma coisa [...] Devemos começar, respeitando e educando nossas crianças para que o futuro das nações e do planeta seja digno.” (AYRTON SENNA)

Nesse capítulo irei tratar da questão de proteção integral a criança, como um direito que é dela, tomando em consideração que uma ampliação de redes são necessárias para que possa dar suporte e manter as crianças a salvo de qualquer violação, ressaltando também a metodologia e conclusões possíveis para o fechamento da pesquisa.

3.1 METODOLOGIA DO PERCURSO DE PESQUISA.

O presente estudo se propõe a debater sobre a temática: Marcas da primeira infância: as violências contra crianças na primeira infância e suas implicações para o seu pleno desenvolvimento, que diante de tudo, é um assunto que é muito discutido e muito real na nossa sociedade, e com toda explanação sobre os direitos da criança, para ressaltar da pesquisa com precisão.

Se fazendo de natureza qualitativa, pois pudera interpretar a realidade dos sujeitos social da melhor forma, em detrimento dos fenômenos. Uma abordagem de pesquisa qualitativa é entendida aqui como um método que lida com as dimensões subjetivas e relacionais da realidade social e por meio da história, universo, significado, motivações, crenças, valores e atitudes dos atores sociais (MINAYO, 2013). O estudo se faz portanto, em uma linhagem bibliográfica, de caráter descritivo e exploratório.

A Pesquisa Qualitativa: a pesquisa qualitativa se concentra em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. Examina como as pessoas pensam, agem e vivenciam uma determinada cultura e época. Este tipo de pesquisa é focada nos aspectos subjetivos da vida que são difíceis de medir ou quantificar.

A Pesquisa Bibliográfica: Para conduzir adequadamente a pesquisa científica, um pesquisador deve primeiro concluir um levantamento bibliográfico ou revisão de todos os trabalhos publicados no campo. Essa tarefa requer estudo, dedicação e análise criteriosa por parte do pesquisador. Feito isso, o pesquisador pode começar a reunir e analisar os textos publicados para subsidiar seu trabalho.

Como Esclarece Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32)

A Pesquisa Descritiva: Como o nome indica, um estudo que visa descrever algo é chamado de pesquisa descritiva. Esses estudos descrevem uma realidade e muitas vezes são referidos como tal. Antes de realizar qualquer pesquisa, é necessária uma análise completa do assunto.

Para Triviños (1987, p. 112) A pesquisa descritiva exige que o pesquisador tenha uma amplitude de informações com o que deseja se adentrar. Esse estudo visa a descrição de certa realidade. (TRIVIÑOS, 1987).

A Pesquisa Exploratória: O objetivo da pesquisa exploratória é aprender mais sobre um problema específico, explorando vários aspectos dele. Isso geralmente é realizado com base em hipóteses ou intuições que podem ser usadas como base para estudos posteriores.

Que de acordo com Amaral (2007);

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

Com todos esses amplos tipos, visa explorar o problema em questão sobre as consequências da violência sobre o desenvolvimento da criança, vai se aperfeiçoando em descrever, com intuito de informações de interesse importante e que impacta diretamente no âmbito social, pois é uma questão de realidade do cotidiano de muitas crianças, com inúmeros casos nas diversas famílias com princípios diferentes.

Contempla-se também os objetivos que são alavancas para a direção da pesquisa, tendo como objetivo geral; Analisar as implicações das violências em crianças na primeira infância para o seu pleno desenvolvimento. No mais, como objetivos específicos se tem: Compreender o processo de desenvolvimento infantil; Debater sobre a questão social e suas interferências na primeira infância; Estudar os parâmetros legais de atendimento e garantia das crianças na primeira infância.

Também constata-se as hipóteses de que, o desenvolvimento infantil é a fase mais importante para a criança; A questão social está intimamente ligada a violência, podendo deixar cicatrizes para a vida toda; Com os mecanismos de defesa de direitos, pode-se abrir portas para o combate a violência.

Com importante precisão, o início da pesquisa se deu no mês de agosto (2022), com o levantamento do tema que teria que ser revisto do projeto, e a partir dos próximos meses, setembro, outubro e novembro (2022), foi se aperfeiçoando em fundamentar a pesquisa com referências de autores que ajudaram no processo, tendo a pesquisa uma importante explanação para informações que vai de interesse para todos.

Assunto que deve ser debatido em todas as esferas, órgãos competentes para que haja uma defesa desses direitos, para que as crianças cresçam saudáveis sem nenhum impedimento que venham a ter, onde pode prejudicar sua vida gravemente.

Pois a violência se torna fator agravante, não só para a criança e adolescente, mas também para a sociedade que futuramente poderá se sujeitar a essas consequências. Com isso pude se apropriar das análises que obtive em campo de estágio, observando a dimensão e proporção que essa questão da violência leva, embasando na reflexão e vendo a atuação de órgãos que estão no combate a essas violações de direitos.

3.2 EXPERIÊNCIAS QUE TORNARAM IMPORTANTES, ADVINDAS DO CAMPO DE ESTÁGIO.

Em se tratar da experiência advinda no campo de estágio no Hospital Maternidade São Vicente de Paulo em Barbalha-CE, pude me apaixonar ainda mais pela profissão e notar a importância do fazer profissional do Assistente Social, que diante dessas violações na vida das crianças tem papel fundamental, sendo capaz de transformar aquela realidade.

Com os inúmeros casos que surgiam diariamente, e a forma como chegavam me surpreendiam cada vez mais por se tratar de violências graves, como queda, queimaduras, afogamentos, abuso, entre outras, sendo as crianças muito pequenas e vulneráveis, mas que também que faziam parte de famílias vulneráveis geralmente.

A forma como se é tratada da intervenção para os casos que chegavam para nosso atendimento e com objetivo a garantia de direitos dessas crianças, é diante de tudo através dos instrumentos, contando com o acolhimento para com a criança e orientação ao responsável, que no caso, pode ser a mãe ou outra pessoa, abrangendo a importância dos cuidados a criança que é necessário. E há a necessidade imediata de dialogar com as redes de referência para o acompanhamento desses casos.

Daí então, é perceptível que com as propostas de intervenções realizadas, e com as contra referências das redes depois do nosso atendimento, algumas crianças puderam ter seus direitos assegurados, com o acompanhamento adequado e a atuação de todos os profissionais sendo eles da saúde e assistência, juntamente ao conselho tutelar que visam a proteção.

Assim poder seguir o exemplo da minha Supervisora de Local de Estágio que abarcou muito conhecimento e me deu a oportunidade de presenciar o que realmente acontece na prática, porém também tive o privilégio de participar de um projeto a cerca disso, e de intervir dentro da instituição como proposta para a disciplina de Estágio de Supervisão II, junto a colegas da faculdade, com a questão da violência contra a criança em espaços como a Pediatria e Ps Infantil, onde foi utilizado folhetos e guias para obter conhecimento para reduzir a violência todos os dias.

3.3 ANÁLISE DE DADOS.

O embasamento além de referências de autores para a pesquisa, tem como suporte a Lei da criança e adolescente (ECA) Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, e a Constituição 1988, como principais mecanismos de garantia de direitos para as crianças, pressupondo significativos avanços sobre a proteção integral dos infantes e adolescentes, para que se sintam no seu lugar protegidos e de acolhimento, tendo acesso aos serviços e garantindo sua estabilidade de maneira adequada.

No Art. 71 do ECA (1990) lei Nº 8.069 diz;

A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A Constituição (1988), em seu Artigo 5º;

Garante a todos os brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Tendo assim esses como os principais agentes para fazer valer os direitos a proteção, fortemente integrada a defender da melhor maneira, compactuando com as demais redes de estratégias. Os profissionais embasados a defesa intransigente de direitos, como é o caso do Assistente Social que toma para si aquela situação de fazer com que a justiça seja feita, e que a criança tenha sua vida digna para se desenvolver enquanto sujeito e se aperfeiçoar nos âmbitos sociais.

O processo de relações sociais são o enfoque para que o profissional possa apreender o processo de violência que se dá, o entendimento sobre o que vem a dizer sobre os rebatimentos em uma sociedade, com as divergências postas se torna reconhecível os disparos.

Nesse momento do texto, é chegado a discorrer-se a cerca dos verdadeiros direitos da criança no âmbito da sociedade em que estamos, com os direitos assegurados mundialmente pela Convenção dos Direitos Humanos, deve-se fomentar que a Constituição da República Federativa do Brasil assegura todos os indivíduos o pleno direito a exercer as atividades e a serem livres e ter acesso a justiça, e em se tratar do assunto em questão, dispõe a sociedade, família e estado a cuidar e dar sustento ao infante, pois ao nascer já se estabelece que são cidadãos e fazem parte de uma sociedade.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 227, assegura a proteção integral à criança e ao adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
(BRASIL. Constituição, 1988)

Deixando bem claro, que em primeiro lugar, que o dever, deve-se partir da família que está ali por a criança, cuidado e dando todo afeto, deve existir uma ligação entre a criança e seus pais, de profunda proteção, para que a criança se sinta em um ambiente acolhedor e protegido, como também tendo por base que é ali que ele vai se construir enquanto sujeito e enquanto cidadão.

No seio da família é onde a criança nasce, e é o primeiro lugar onde esses direitos devem ser exercidos e exercidos. Receber cuidados, amor e educação é um fardo e uma alegria para os pais que decidem ter filhos. O bem-estar de cuidar de uma criança, então, depende da sociedade, da comunidade em que a criança vive. Além disso, o Estado deve cumprir seu dever de proporcionar às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direito e cidadãos o exercício e a proteção de direitos.

Antes da constituição (1988) e a promulgação do ECA (Lei nº 8.069/1990), existiu o Código de Menores (1979), que tinha por objetivo outra coisa e não se colocava na necessidade de proteção de criança, mas sim, com outro aspecto, a inferioridade lhes pertenciam, um caráter discriminatório, então, antes das promulgações de proteção a criança, esse código não era regido ao cuidado a eles, deixando seus verdadeiros direitos de proteção de lado e com outro aspecto.

Naquela época as crianças se viam com violações bem mais constante por não ter os seus direitos integrais, não tendo a capacidade de se desenvolver, pois se colocavam a beira de uma conduta não favorável, e a proteção de cuidado não tinha, dessa forma viviam inadequadamente em sociedade.

Então, depois que a constituição se deu, se viu a necessidade de uma ampliação na proteção integral das crianças, que até ai não era o suficiente, e que resultou no ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, (Sancionado em 13 de julho de 1990 e em vigor desde 11 de outubro do mesmo ano) que teve como incentivo, uma construção coletiva de parlamentares, movimentos sociais, pesquisadores, instituições de defesa de direitos da criança e adolescente, entre outros.

Considerando criança até doze anos incompletos e adolescente aquele entre doze até dezoito anos de idade, e vem para dar um maior suporte aos interesses e proteger estes como sendo prioridades, pois são os mesmos que vão definir o futuro da sociedade, como executores de um pleno desenvolvimento. No que se refere "*Seus direitos devem ser tratados com prioridade absoluta*" (Eca, 1990)- Isso quer dizer que os direitos das crianças e dos/ das adolescentes estão em primeiro lugar.

Atualmente o ECA é a base de toda proteção que a criança tem hoje, devendo ser levado em conta as suas normativas que abrange os direitos que devem ser exercido, Com a aprovação, as crianças e adolescentes brasileiros receberam garantias legais de seus direitos à proteção, educação, família, cultura, saúde, convivência, lazer e liberdade. Este ato também lhes proporcionou um senso de dignidade e respeito. O ECA torna claro a participação de todos, incluindo escolas, pais e responsáveis, Estado e sociedade civil em maior escala.

Com a garantia desses direitos, se faz também, a proteção contra a violência, para que ela não chegue a sofrer nenhum tipo de violência, penalizando assim o autor, seja ela de natureza física, psicológica ou outra.

Assim, de acordo com o ECA (Lei nº 8.069/90);

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Devemos seguir as condutas que estão previstas, e respeitar como fator importante pois são sujeitos em desenvolvimento e aprendizes, a infância e a adolescência são fases muito importantes na vida de cada um, onde estamos desenvolvendo conceitos sociais de vida e respeito por nós mesmos e pelos outros. E a violência é uma consequência muito grave que impacta diretamente no sujeito social em desenvolvimento, impedindo sua evolução constante.

É fundamental que tenhamos consciência de que somos todos legalmente cidadãos brasileiros. Isso nos mostra o valor de entender nossos direitos e responsabilidades para com os jovens e crianças claros. De saber proteger e de erradicar com todo tipo de violência que só prejudica e torna algo ruim não só para a criança, mas para quem está próximo.

Cabendo ressaltar que possui-se uma rede de proteção totalmente integrada para este dever, que é protegemos as nossas crianças. Dispondo sobre a rede de proteção, o Conselho Tutelar, onde está em atribuição no artigo 136.º do ECA, que os conselheiros tutelares deverão assistir crianças e jovens em situações em que os seus direitos tenham sido violados. O papel do conselheiro também é auxiliar e aconselhar os pais ou responsáveis por essas crianças e jovens.

Contando também com o “Centro de Referência Especializado de Assistência Social” (Creas), que é uma unidade pública da política de Assistência Social, fica por atender várias famílias, para fortalecimento de vínculos e também atendendo pessoas que por algum motivo estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Tendo nesse caso, o auxílio de atividades voltadas para o atendimento dessas crianças.

Para responder as demandas que geralmente são muitas, e que a partir dos atendimentos, o profissional, sendo ele o Conselheiro ou o Assistente Social vai ter por base as suas medidas de intervenção. E é necessário frisar que estes canais são a porta de entrada para efetivar direitos, através das visitas e formas de combater a violação de direitos que esta criança está submetida.

Em alguns casos, tendo como ponto de vista a violência e o seu agravamento, a criança passa primeiro por um atendimento na saúde, por necessitar imediatamente de um médico e demais profissionais também, como é o caso do Assistente Social que no seu fazer profissional na saúde, acaba lhes dando um grande suporte de acolhimento, não só para a criança, mas também orientando os pais ou responsáveis, por se tratar

também de uma preocupação e agravo da saúde, e em seguida o caso sendo enviado as demais redes para que possam continuar o acompanhamento.

Percebendo esses equipamentos e profissionais importantes para ampliar os atendimentos e garantir que as crianças tenham um progresso na sua vida, pois são eles que possibilitam a intervenção adequada para os casos de violências, sem ter seus direitos violados diante da sua vida, e a não correrem um sério risco no futuro que os espera.

Portanto, se é importante para as crianças, que tenham isso garantido, levando em consideração que as redes não podem trabalhar sozinhas, pois a comunidade também tem que fazer seu papel, ajudando a perceber e a denunciar casos de violência contra essas crianças, no entanto, em algumas vezes, é impossibilitado a denuncia por o medo de comprometimento e aceitação.

Medo de condenar os principais perpetradores da violência que deveriam proteger suas crianças e jovens, como é o caso de pais, parentes, amigos, conhecidos, cuidadores, e também por a aceitação social da violência contra crianças e adolescentes. Por razões "educativas", esses atos de violência são punições corporais, humilhação, intimidação e assédio sexual, especialmente quando não geram danos físicos, visíveis e duradouros.

De acordo com a cartilha publicada pelo Ministério da Saúde (2009), sobre o impacto da violência na saúde da criança e adolescente, a violência também pode se tornar invisível quando os serviços de escuta não estão prontos para acolhimento e atendimento de crianças e adolescentes. Por terem em consequência um numero muito grande de demandas para tomar conta, acaba ficando por isso mesmo, e alguns ficam impossibilitados de terem concedidos os seus direitos no tempo certo.

No entanto, existem várias políticas governamentais com o objetivo de reduzir a probabilidade de morte e lesões causadas por acidentes e violência, que o Ministério destaca elas como;.

A Política Nacional de Redução da Morbidade por Acidentes e Violências (2001), bem como a Portaria nº 737/2001 da Política Nacional de Promoção da Saúde. Além disso, a Portaria nº 687/2006 da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher contempla tanto a violência sexual quanto a doméstica. A Notificação de Violência contra Crianças e Adolescentes de 2001 que está vinculada à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente.

Também a Rede Nacional de Prevenção da Violência, Promoção da Saúde e Cultura de Paz do país que é implementada por meio da Portaria 936/2004. Além disso, a Rede Nacional de Atenção Integral à Mulher, ao Adolescente e à Criança em Situação de Violência Doméstica e Sexual.

A implementação dessas políticas dão base para o enfrentamento e planejamento de ações voltadas para a violência, precisando ser relacionada a uma sustentação de organização e estratégias de campanhas para sensibilização e mobilização da sociedade por exemplo, tendo em vista que medidas devam ser tomadas para a manutenção de ações garantidoras de direitos.

É importante frisar que existem as fichas de notificações compulsórias, do sistema de informação de agravos de notificação – SINAN, (implantado pelo ministério da saúde em 2006) que é de grande importância, onde é realizado uma investigação das violências notificadas por esse setor através das redes, essa notificação deve ser entendida como um instrumento de garantia de direitos e proteção social de crianças e adolescentes, onde vai ser permitido que a Secretária de Saúde identifique maiores índices.

Além disso tudo, e como ressaltado para as crianças que estão no seus primeiros anos de vida, existe um importante parâmetro de importância para a primeira infância, que é a lei nº 13.257/2016; Marco Legal da Primeira infância, que traz como base de sustentação, de que bebês e crianças pequenas têm o direito de brincar, serem atendidos por profissionais qualificados na primeira infância e ter políticas públicas direcionadas a eles como prioridade.

Tendo os seus pais ficar em casa com o bebê nos primeiros meses, com cuidados regulares e consistentes que são necessários para crianças com condições de alto risco. Eles também precisam de atenção médica regular enquanto estão em casa, e além disso, licenças de maternidade e paternidade adequadas são necessárias para garantir que as famílias possam cuidar de seu novo bebê.

Essas são algumas coisas que dão fundamento ao Marco que foi sancionado em 8 de março de 2016, com a priorização de políticas para primeira infância como executor do desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade.

Levando em conta que Heckman diz (2013, p. 29);

As políticas devem ser sábias, levar em conta os resultados das ciências para fundamentá-las e devem ser bem planejadas para transferir capacidades. O investimento em políticas públicas para a primeira infância desde as idades mais precoces previne e melhora o estado de bem-estar e a abordagem das potencialidades do ser humano, tem impacto na redução das enfermidades crônicas das crianças pequenas, em suas habilidades sociais, cognitivas, emocionais e no rendimento e produtividade por toda sua vida. (HECKMAN, 2013, apud CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS, 2016, p.29)

Portanto, o conceito é de que, políticas devem ser fundamentadas para o bem estar na primeira infância, levando a considerar essa como a principal fase da criança que vai ser conduzida para um âmbito melhor da sua vida, melhoria e desenvolvimento se fazem necessário para sua construção enquanto sujeito.

Além do mais, a criação de programas com base em políticas, dão assistência para essa primeira infância que se fazem muito importante, como o programa criança feliz e mais infância. O Criança Feliz propõe auxílio para que as famílias com crianças até seis anos possa oferecer a eles uma melhor vida, desenvolvendo assim sua integridade de desenvolvimento e auxiliando aquelas também mais vulneráveis.

E de acordo com cartilha publicada pelo o Ministério da Cidadania (2019), as famílias terão que estar com os dados atualizados no cadastro único, com a obtenção de visitas domiciliares, a equipe do Criança Feliz fará orientações e projetos específicos para fortalecimento de vínculos familiares, acompanhando e estimulando o processo de desenvolvimento infantil. Dando importância também para a maternidade.

Assim como o Mais Infância Ceará, criado em 2015, e que de acordo com um documento publicado pelo próprio Governo do Ceará (2022) o programa tem o privilégio de defender a necessidade desse olhar voltado para essas crianças, abrangendo os mapeamentos de situações de estado, onde estimula alguns critérios para se beneficiar de uma renda mensal para crianças de 0 a 5 anos que se apresenta em situação de vulnerabilidade.

Uma grande referencia para as vanguardas das crianças, também é o UNICEF, que presta assistência a crianças que vivem na pobreza, vítimas de guerra, crianças afetadas por desastres naturais e pessoas expostas à violência. Além disso, eles ajudam crianças com deficiência que enfrentam exploração adicional. Atuando em situações de emergência em relação a questões de direitos da criança.

Os programas do UNICEF atendem os grupos mais desfavorecidos de crianças e adolescentes, como aqueles que vivem em ambientes frágeis, aqueles com deficiência, crianças que vivem em áreas rapidamente urbanizadas e crianças que vivem em áreas danificadas pela degradação ambiental. Com projetos de cunho para a inclusão escolar, busca ativa escolar, e portas abertas para a inclusão, entre outros.

E como pressuposto, a violência é um fator que abrange todos as famílias, seja ela vulnerável ou não, e tendo com base nisso, hoje em dia a gente vê muitos casos de violências sofridas por parte daqueles que ninguém imaginaria que poderia ocorrer, sendo esses atos tão maléfico, causando mau a criança e também a quem presencia isso visivelmente.

Conto um caso bem recente de violência que chocou a todos no ano de 2021, onde uma menino de 4 anos foi morto com hemorragia após vários espancamentos, o menino residia com a mãe e o padrasto no Rio de Janeiro, os mesmos foram alvo desse crime, e diante da repercussão e choque, se gerou uma nova lei, que é a lei 14.344/22, chamada lei Henry Borel em homenagem a criança.

Considerando a proteção de crianças e adolescentes menores de 14 anos, vítimas de violência doméstica e familiar, ou seja, incluindo todos os tipos de violências que a criança pode sofrer dentro do seu convívio com a família, sendo considerado crime hediondo, ou seja, crime mais grave, o assassinato desses.

De acordo com a lei 14.344/22, pressupõe a denuncia de qualquer tipo de violência que seja presenciada ou que tenha conhecimento da ação, ligando para o disque 100, autoridade policial, ou conselho tutelar. E ainda aquelas que não denunciarem, poderão sofrer pena de detenção de seis a três anos, sendo a violência grave, provocada em morte. Mas, por outro lado, a mesma lei adota medidas de proteção para assegurar a pessoa que denunciar o crime.

E portanto, pode ser feita a denuncia tranquilamente, pois a lei vai assegurar a proteção, e se fazer cumprir com a denuncia, possibilitando que a criança tenha a garantia de viver sem ser violentada, tirando do convívio com os agressores. Sendo ele afastado imediatamente do lar ou da convivência, e cabendo a prisão preventiva do autor do crime.

Com isso, visto na pesquisa, as crianças são pessoas em desenvolvimento e que a infância é um momento de muito aprendizado e de experiências únicas, com base nas informações apresentadas e nos seus protetores de direitos, se tem noção sobre todos as importantes atitudes que é necessário para a proteção delas, levando em conta que todos tem que estar diante dessa mediação, colaborando para que se faça o melhor para a vida dessas crianças que estão começando a perceber o mundo da forma como ele é.

Portanto, conclui-se que todos temos que ficar de olhos bem abertos para a realidade, para as probabilidades de violências sofridas por essas crianças em fase de desenvolvimento e de descoberta, que muitas vezes pode passar despercebidas e levando a uma consequência mais grave ainda para a criança que geralmente quando não tem o apoio da família não consegue superar o trauma quando adulta.

De forma que devemos combater os variados riscos sociais que enfrentam em decadência da questão social que implica na vida social de todos como desigualdade e desordem da sociedade civil.

Os parâmetros que são apresentados dão base para início de combate, com formas que o estado trás para enfrentamento dessas questões que são importantes para prevenir e ver indícios de locais mais propícios de violências contra criança, ver onde geralmente acontece, e seus principais agressores que partem de pessoas próximas e de desconhecidos.

Do apoio das redes de proteção e profissionais competentes para subsidiar a situação que é passado como demandas, para propor intervenções e modificar a vida daquela criança que está passando por maus tratos, tendo por isso, a manobra que vai dar para um ambiente acolhedor e propenso, que a criança vai poder viver adequadamente.

É visto que é importante que atentemos para o cuidado, o bem estar da criança, pois estão logo mais se tornando adolescentes e adultos que vão gerar retorno para a sociedade, que será bem desenvolvida a partir do investimento que pode ter, na educação por exemplo, para o melhor desenvolvimento e normas de condução para melhores pessoas.

No decorrer, abrange-se os sinais que são apresentados quando a criança está sofrendo qualquer tipo de violência, é necessário que não deixe-se passar despercebido a condição de sofrimento que o infante pode estar passando, pois é aí que pode se agravar o problema, por isso, a importância de acompanhar na vida do filho, de conversar, de entender o que se passa, o apoio afetivo se torna essencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O importante despertar pela pesquisa com tal temática se iniciou-se a partir das vivências no espaço ocupacional do Assistente Social na Saúde, em específico no HMSVP, logo como estagiária pude ver de perto as problemáticas a respeito da criança, onde chegavam diariamente demandas para o Serviço Social com casos de violência, que me surpreendia a cada vez.

Contudo, a pesquisa então, se faz de extrema importância para conhecimento de uma maneira que agregue a sociedade na forma de se adequar e de se relacionar para respeito a criança em fase de aprendizagem, apresentando os seus direitos, e explana os tipos de violência que a criança pode sofrer e as consequências que geram na sua vida em comunidade.

Assim, desaboçando e considerando em como a questão social é algo que faz parte desse fator que só prejudica, é vivenciado pelas famílias enquanto desigualdade e enquanto maneiras de sofrimentos, que impacta principalmente nas crianças por serem pequenas e vulneráveis, diariamente isso está atravessado no seu cotidiano através das relações postas.

Nessa perspectiva, a pesquisa mostra como esses fatores prejudicam no desenvolvimento da criança e se deparam com impossibilidades para sua vida, podendo causar um impacto muito maior no futuro de sua vida. Por serem seres em evolução, a questão da violência é preocupante para a sociedade por que a cada dia se modernizam no seu aspecto econômico.

Como resultado de conclusão, foi ressaltado o problema em questão, que torna conclusivo que as violências que se geram realmente implica consequências graves no seu pleno desenvolvimento, trazendo fatores prejudiciais a sua forma de se relacionar e na sua saúde. Sendo possível também estabelecer as hipóteses e os objetivos já apresentados na metodologia.

No mais, é visto como todos os mecanismos de defesa são importantes, pois proporcionam a aquela criança uma fonte de meios para estabelecimento de uma nova vida, podendo ver que o Assistente Social é um profissional que está proposto a realizar intervenções juntamente com outras redes e profissionais, nisso pode enxergar o que está diante da realidade.

O olhar crítico do Assistente Social, com o acompanhamento dos demais profissionais, é onde podem se apropriar do que pode estar acontecendo em uma determinada família, permitindo que venham a intervir da melhor forma. Com isso, se tem uma esperança para essas crianças saíam da situação de risco que vivenciam.

Tomando a colaborar para estudos, essa pesquisa pode oferecer conhecimentos no qual os estudantes e pesquisadores façam bons proveitos, se inteirando das informações que também são ajuda para o universo acadêmico. É proposta essa pesquisa por interesse que foi gerado com experiências em campo, onde pude me debruçar e sentir realizada com intervenções que fizeram a diferença.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Michele. **Investir no bem-estar da criança, na primeira infância, é “janela de oportunidades” para seu futuro.** Almeida e Silva. Disponível em <http://consultoriaprimeirainfancia.com/investir-no-bem-estar-da-crianca-na-primeira-infancia-e-janela-de-oportunidades-para-seu-futuro/#:~:text=Al%C3%A9m%20de%20estar%20comprovado%20que,pequenas%20e%20de%20suas%20fam%C3%ADlias.>

AMARAL, J. J. F. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2020

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org.). *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento.* 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Lei 8.069 de 1990 que dispõe do Estatuto da criança e do adolescente.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 737, de 16 de maio de 2001: política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 96, 18 maio 2001. Seção 1e

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento.* AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). São Paulo: Cortez 2011.

CARNEIRO, P.; HECKMAN, J. *Human Capital Policy.* Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS. *Primeira infância – avanços do marco legal da primeira infância.* Brasília: Cedes, 2016.

Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder. 2 ed. São Paulo: Iglu, 2007.

FMCSV. **Criança e Adolescente:** marco legal da primeira infância. 2020. 2189 f. Ministério Público do Paraná, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Paraná, 2020.

Fonagy, P., Gabbard, G.O., & Clarkin, J.F. (Orgs.). (2013). *Psicoterapia psicodinâmica para transtornos da personalidade: um manual clínico.* Porto Alegre, Brasil: Artmed.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALLO, A.E; ALENCAR, J. da S. A. A. *Psicologia do Desenvolvimento da Criança.* 2012. Disponível em;

<http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/CESUMAR%20-%20PSICOLOGIA%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

Garland, C. (2015). Abordagem psicodinâmica do paciente traumatizado. In C. L. Eizirik, R.W. Aguiar, & S.S. Schestatsky, (Orgs.). *Psicoterapia de orientação analítica: fundamentos teóricos e clínicos*. (3a. ed.). Porto Alegre, Brasil: Artmed .

GONÇALVES, H. *Infância e Violência no Brasil*, Rio de Janeiro, Nau Editora e Faperj, 2003.

GRANTHAM-MCGREGOR, S. et al. Developmental potencial in the first 5 years for children in developing countries. *The Lancet*, London, v. 369, n. 6, p. 60-70, 2007.

HARPER, A.; POWER, M. Development of the World Health Organization WHOQOLBREF Quality of Life Assessment. **Psychological Medicine**, 28, 1998.

HECKMAN, J. J. et al. The Rate of Return to the High/Scope Perry Preschool Program, *Journal of Public Economics*, Waltham, v. 94, n. 1-2, p. 114-128, 2010.

HECKMAN, James. **Criança e Adolescente**: opinião - james heckman e a importância da educação infantil. 2017. - Ministério Público do Paraná, Paraná, 2017. Disponível em <https://crianca.mppr.mp.br/2017/09/12779,37/>

HECKMAN, James J.. **A Equação Heckman**: investir no desenvolvimento na primeira infância: reduzir déficits, fortalecer a economia.. 2012. p.02. Economia, National Institute For Early Childhood Education Research, 2012.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6*, 1997

INFÂNCIA, Comissão Interinstitucional da Frente Parlamentar Mista da Primeira. **GRUPO DE TRABALHO DE ORÇAMENTO PÚBLICO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA**: medição do gasto social com primeira infância para 2021. 2021. 29 f. Unicef, 2021 disponível em [medicao-gasto-social-primeira-infancia-2021.pdf](#)

Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1996). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

LOUREIRO, Cláudia; BOECKEL, Cristina; PIERRE, Eduardo (ed.). **Crianças de até 6 anos são as mais atingidas pela violência no RJ, aponta estudo; maior parte das agressões é dentro de casa**. Rio de Janeiro: G1 Rio, 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/26/criancas-de-ate-6-anos-sao-as->

[mais-atingidas-pela-violencia-no-rj-aponta-estudo-maior-parte-das-agressoes-e-dentro-de-casa.ghtml](#)

MELO, T. de. Plano Nacional pela Primeira Infância. Rede Nacional da Primeira Infância, Brasília, DF, 2020. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância na Aprendizagem. Comitê Científico, Núcleo Ciência pela Infância, Brasília, 2014.

RIZINNI, I; PORTO, C.L; TERRA, C. A Criança na Primeira Infância em foco nas Pesquisas Brasileiras. 2014. Disponível em; http://www.ciespi.org.br/media/Projetos/Concluidos/primeira_infancia.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2021.

MENEZES, Pedro. **Jean Piaget**: teoria de piaget: a teoria da aprendizagem na educação infantil. Licenciado em Filosofia, Mestre em Ciências da Educação - Toda Matéria. Disponível em [https://www.todamateria.com.br/jeanpiaget/#:~:text=Jean%20Piaget%20\(1896%2D1980\),%C3%A1reas%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20psicologia](https://www.todamateria.com.br/jeanpiaget/#:~:text=Jean%20Piaget%20(1896%2D1980),%C3%A1reas%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20psicologia).

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

NILSSON, I.; TOWNSEND, E. Occupational justice: bridging theory and practice. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, London, v. 17, n. 1, p. 57-63, 2010. <http://dx.doi.org/10.3109/11038120903287182>.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. A primeira infância: um olhar desde a neuroeducação. 2010. Disponível em <http://www.iin.oea.org/pdfiin/RH/primera-infancia-por.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

PESQUISADOR, Daniel Duque – **PROBREZA INFANTIL MONETÁRIA DO BRASIL**: impacto da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes. 2022. 41 f. PROJETO - , Fundo das Nações Unidas Para A Infância (Unicef, Eua, 2022.

MONTEIRO, S.R.P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. Universidade Católica de Pelotas. Revista Sociedade em Debate. Pelotas, 17(2): 29-40, julho de 2011. Disponível em <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>

REINO UNIDO. Academia Britânica. Relatório da Academia Britânica de Ciências Sociais e Humanas. 2014. Disponível em . Acesso em: 3 out. 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha; violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA F. M. (Org.). Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa-dos-Ventos/UNICEF, 1997a. p. 135-211.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). Violência em debate. São Paulo: Moderna, 1997b. p. 39-57.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A Síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Organizadoras). Crianças Vitimizadas. A síndrome do pequeno poder. Ed. amp. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração Sexual de Crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

SCHMITT, M.; KOOT, M. H. Quality of life measurement in children and adolescents: Issues, instruments and applications. **Journal of Clinical Psychology**, v. 57 (4), 2001.

SERRUYA, Suzanne Jacob. A experiência do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) do Ministério da Saúde no Brasil. Campinas: [s.n.], 2003.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 5. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Shonkoff, J. P. & Phillips, D. A. (Orgs.). (2000). From neurons to neighborhoods: The science of early childhood development. Washington, DC: National Academy Press.

SIMÃO, Andrielly Kariny; ALBRECHT, Ana Rosa Massolin. **A IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO**. 17 f.

SOUZA, S. R. A Saúde Integral da Criança. In: CYPEL, S. (Org.). Fundamentos do desenvolvimento infantil: da gestação aos 3 anos. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011. p. 16-31.

SUSTENTÁVEIS, Instituto Cidades; CECIP; CECIP. **INCLUSÃO SOCIAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA**. 2022, Blog Boas Práticas, Urban95, Brasil, 2022. DISPONÍVEL EM <https://urban95.org.br/blog/inclusao-social-na-primeira-infancia/>

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. Situação mundial da infância - 2003. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 2003

VELASCO, Clara. **Casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes crescem 21% no Brasil em 2021, mostra Anuário**: registros de abandono de incapaz, pornografia infanto-juvenil e exploração sexual infantil também aumentaram. já o número de mortes violentas de crianças e adolescentes caíram 15%.. São Paulo: G1,

2022. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/casos-de-maus-tratos-contracrianças-e-adolescentes-crescem-21percent-no-brasil-em-2021-mostra-anuario.ghtml>

WALLANDER, J. L. Theory driven research in pediatric psychology: a little bit on why and how. **Journal of Pediatric Psychology**, 17, 1992.